

POLÍTICA CORPORATIVA DE PRIVACIDADE

SUMÁRIO

1. Objetivo.....	2
2. Relação com as Leis Nacionais.....	2
3. Aplicabilidade.....	2
4. Propósito.....	2
5. Definições.....	3
6. Princípios.....	4
7. Regras Sobre o Tratamento.....	5
7.1. Regras Gerais de Proteção de Dados Pessoais.....	5
7.2. Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais.....	6
7.2.1. Dados dos Colaboradores e Candidatos.....	6
7.2.2. Dados de Parceiros de Negócio.....	6
7.2.3. Dados de Clientes.....	7
7.2.4. Dados de Menores de Idade.....	7
7.2.5. Requisitos Adicionais para Dados Pessoais Sensíveis.....	7
7.4. Transferência Intemacional de Dados.....	8
7.5. Direitos do Titular de Dados.....	8
8. Gerenciamento de Violações e Incidentes.....	9
9. Treinamento.....	9
10. Papéis e Responsabilidades.....	9
10.1. Áreas de Negócio.....	9
10.2. Usuários da Informação.....	10
10.3. Encarregado.....	10
10.4. Diretoria Executiva.....	11
10.5. Tecnologia da informação (TI).....	11
10.6. Jurídico.....	12
11. Sanções e Punições.....	12
12. Gestão da Política.....	13
13. Revisões.....	13



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

1. Objetivo

O objetivo desta Política Corporativa de Privacidade é estabelecer diretrizes que permitam a ALZ Grãos (“Empresa”) garantir a segurança no tratamento dos dados pessoais e cumprir com os requisitos estabelecidos nas leis aplicáveis de privacidade de dados pessoais.

2. Relação com as Leis Nacionais

A Política Corporativa de Privacidade compreende o padrão mínimo de princípios de privacidade sob o qual a empresa deve conduzir seus negócios observando os requisitos das leis nacionais. A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e demais leis nacionais aplicáveis à proteção de dados pessoais terão precedência em casos de conflito ou previsão de requisitos mais rígidos que os contidos nesta Política. O conteúdo desta Política deve ser observado mesmo na ausência de legislação nacional ou se ela for menos rigorosa do que os princípios desta Política.

3. Aplicabilidade

A presente Política aplica-se a todos os colaboradores, parceiros comerciais, terceiros, prestadores de serviço, cliente, fornecedor e quaisquer outros integrantes que tenham acesso a informações e dados controlados pela ALZ Grãos.

4. Propósito

Esta Política tem por propósito estabelecer diretrizes de proteção de dados pessoais que permitam à ALZ Grãos realizar o tratamento de dados pessoais em conformidade com as legislações brasileira e internacionais aplicáveis e melhores práticas de mercado:

- Orientando quanto à adoção de controles técnicos e administrativos para atendimento dos requisitos para proteção de dados pessoais, conforme a legislação vigente;
- Resguardando os titulares de dados pessoais que são tratados pela ALZ Grãos, em defesa de seus direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- Prevenindo possíveis causas de violações de dados pessoais e incidentes de segurança da informação relacionados ao tratamento de dados pessoais;
- Minimizando riscos de impactos negativos na esfera financeira, reputacional, na participação no mercado e confiança de clientes em decorrência de violações de dados.

Para o cumprimento efetivo das diretrizes estabelecidas nesta Política, o *Data Protection Officer* (“DPO”) ou “Encarregado”, com suporte da Diretoria Executiva da



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

ALZ Grãos, adotará todas as medidas cabíveis para que esta Política seja adequadamente comunicada, entendida e seguida em todos os níveis da Empresa. Revisões periódicas serão realizadas para garantir sua contínua pertinência e adequação às necessidades da ALZ Grãos.

5. Definições

Para os fins desta Política, os termos definidos abaixo terão o seguinte significado:

Dados pessoais: qualquer informação relativa a uma pessoa identificada ou identificável (“Titular dos Dados”).

Dados pessoais sensíveis: dados pessoais que podem gerar discriminação e exposição da pessoa física, dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde, vida sexual e orientação sexual de uma pessoa singular, dados genéticos ou biométricos, quando vinculados a uma pessoa natural.

Anonimização: a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo; nestas circunstâncias, o anonimato deve ser irreversível.

Dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, de forma direta ou indireta, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Pseudoanonimização: processo pelo qual os dados pessoais não mais se relacionam diretamente com uma pessoa identificável (mencionando seu nome, por exemplo), mas que não os tornam anônimos por completo, por ser possível identificar o indivíduo caso analisadas informações complementares sobre ele, as quais são mantidas em separado.

Tratamento: qualquer operação ou conjunto de operações executadas com dados pessoais, independentemente de serem automatizados. Isso inclui, mas não se limita a, atividades como: coleta, recepção, produção, registro, organização, estruturação, armazenamento, consulta, acesso, uso, classificação, avaliação ou controle da informação, processamento, adaptação ou alteração, recuperação, divulgação por transmissão, difusão ou disponibilização, transferência, alinhamento ou combinação, restrição, deleção ou destruição.

Titular dos Dados (“Titular”): pessoa identificável que pode ser identificada, direta ou indiretamente, em particular por referência a um identificador como um nome, um



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

número de identificação, local de residência, um identificador on-line ou um ou mais fatores específicos de características físicas, fisiológicas, genéticas, econômicas, culturais ou sociais dessa pessoa natural.

Consentimento válido: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular dos dados concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Usuários da Informação: empregado com vínculo empregatício de qualquer área da ALZ Grãos ou terceiros alocados na prestação de serviços à Empresa, independentemente do regime jurídico a que estejam submetidos, assim como outros indivíduos ou organizações devidamente autorizadas a tratar dados pessoais em nome da ALZ Grãos para o desempenho de suas atividades profissionais.

Controlador de Dados: entidade legal que determina os propósitos e meios do tratamento de dados pessoais.

Controlador Conjunto: controlador também envolvido diretamente envolvido no tratamento dos dados e que responde de forma solidária ao Controlador de Dados

Operador de Dados: entidade legal que processa dados pessoais em nome do Controlador.

Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: Lei de nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, do ordenamento jurídico brasileiro, que passará a vigor em 18 de setembro de 2020.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados em todo território nacional brasileiro.

Relatório de Impacto à Proteção de dados pessoais - RIPD: documentação elaborada pelo Controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Record of Processing Activity - ROPA: Registro de Atividades de Processamento, realizado para o mapeamento de atividades envolvidas no tratamento de dados pessoais.

6. Princípios



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

Qualquer tratamento de dados pessoais realizado pela ALZ Grãos deve observar os seguintes princípios estabelecidos na regulamentação de Proteção de dados pessoais:

- Finalidade: Propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados;
- Adequação: Tratamento compatível com as finalidades;
- Necessidade: Utilização de dados estritamente necessários;
- Livre acesso: Garantia de acesso ao tratamento de forma facilitada e gratuita e à integralidade dos dados;
- Qualidade dos dados: Dados exatos, claros, relevantes e atualizados;
- Transparência: Informações claras e precisas aos titulares;
- Segurança: Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais;
- Prevenção: Adoção de medidas para evitar danos aos titulares de dados;
- Não discriminação: Não realização de tratamento para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;
- Responsabilização e prestação de contas: Demonstração de adoção de medidas eficazes ao cumprimento das normas.

7. Regras Sobre o Tratamento

7.1. Regras Gerais de Proteção de Dados Pessoais

Todo o tratamento de dados pessoais na ALZ Grãos deve atender aos seguintes requisitos:

- Coleta para uma finalidade: Os dados pessoais podem ser coletados apenas para propósitos legítimos.
- Objetivo e uso especificados no momento da coleta: Os objetivos para os quais os dados pessoais são coletados devem ser especificados no momento da coleta de dados. O tratamento adicional dos dados pessoais coletados não pode ser feito de uma maneira incompatível com os propósitos iniciais declarados.
- Limitar o tratamento ao necessário: Os dados pessoais devem estar sempre limitados ao que é necessário e relevante em relação às finalidades para as quais são tratados. Os dados pessoais não devem ser mantidos por um período maior que o necessário para se cumprir a finalidade estabelecida.
- Preciso, completo e atualizado: O tratamento dos dados pessoais deve ser sempre preciso, completo e atualizado.
- Segurança, integridade e confidencialidade: Todos os dados pessoais devem ser tratados de maneira que sua segurança seja assegurada, incluindo a proteção contra acesso e tratamento não autorizado ou ilegal e contra perda acidental, destruição ou dano, aplicadas as medidas técnicas ou organizacionais apropriadas.



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

- Transparência: Todo o tratamento de dados pessoais deve ser feito de maneira transparente para o Titular dos Dados e com um princípio orientador geral de abertura sobre os desenvolvimentos, práticas e políticas com relação aos dados pessoais.

Como os dados pessoais fluem em todas as áreas integrantes da Empresa, esta Política exige que os controles sejam integrados aos processos e sistemas padrão que gerenciem esses dados.

7.2. Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais

Determinadas situações demandam bases legais específicas que justificam o tratamento de dados pessoais:

7.2.1. Dados dos Colaboradores e Candidatos

O tratamento de dados pessoais de colaboradores deve ser realizado sob justificativa das seguintes bases legais:

- Execução de contrato de trabalho: Os dados pessoais do colaborador são tratados para fins de execução do contrato de trabalho ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato de trabalho;
- Legítimo Interesse da ALZ Grãos: O tratamento de dados pessoais é necessário para perseguir interesses legítimos da ALZ Grãos;
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador: O tratamento de dados pessoais é autorizado para cumprimento de legislações e regulamentações aplicáveis à ALZ Grãos;
- Tutela da saúde: Os dados pessoais são tratados com o objetivo de zelar pela saúde dos colaboradores, exclusivamente em procedimentos realizados por profissionais de saúde;

Quanto aos dados de candidatos às vagas da ALZ Grãos, esses são tratados com base no legítimo interesse para realização de entrevistas e pesquisas para melhor conhecer os potenciais colaboradores.

7.2.2. Dados de Parceiros de Negócio

Os dados pessoais do parceiro de negócios são aqueles capazes de identificar fornecedores, parceiros comerciais, intermediários, pessoas de contato, outros parceiros de negócios e contratantes parceiros. O tratamento dos dados pessoais do parceiro de negócios deve ser realizado sob justificativa das seguintes bases legais:



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

- Execução de um contrato: O tratamento de dados pessoais do parceiro de negócios tem como objetivo criar, executar ou encerrar uma relação contratual ou relacionamento semelhante com o Titular dos Dados;
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador: O tratamento de dados pessoais é autorizado para cumprimento de legislações e regulamentações aplicáveis à ALZ Grãos.

7.2.3. Dados de Clientes

O tratamento de dados pessoais de clientes deve ser realizado sob justificativa das seguintes bases legais:

- Execução de um contrato: O tratamento de dados pessoais tem como objetivo criar, executar ou encerrar uma relação contratual com o titular dos dados.

7.2.4. Dados de Menores de Idade

As atividades de tratamento que envolverem dados pessoais de menores de 13 anos deverão ser justificadas pela base legal Consentimento presente no art. 14, §1º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). Por essa razão, deve-se obter consentimento específico por um dos pais ou responsável legal e informar sobre os tipos de dados tratados, forma de utilização e os procedimentos para atendimento aos direitos dos titulares, conforme estabelecido pelo art. 14, §2º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

7.2.5. Requisitos Adicionais para Dados Pessoais Sensíveis

O tratamento de dados pessoais sensíveis deve ser realizado sob justificativa das seguintes bases legais:

- Consentimento: consentimento do titular, de forma específica e destacada, para o tratamento de dados pessoais sensíveis com um ou mais propósitos específicos, exceto se a lei aplicável estabelecer que a proibição não pode ser levantada pelo titular dos dados;
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador: o tratamento é necessário para cumprimento das obrigações legais e regulatórias necessárias a manutenção dos negócios da ALZ Grãos;
- Tutela da saúde: Os dados pessoais são tratados com o objetivo de zelar pela saúde dos colaboradores, exclusivamente em procedimentos realizados por profissionais de saúde,



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

7.4. Transferência Internacional de Dados

De acordo com a LGPD, a transferência internacional de dados pessoais somente é permitida em casos restritos, que podem incluir a obtenção de consentimento específico do titular, a adoção de cláusulas contratuais específicas ou quando a transferência for realizada para um país que ofereça nível de proteção adequado perante a LGPD, assim reconhecido pela ANDP.

Casos como este devem ser avaliados juntamente com o Jurídico e com o Encarregado, para a devida conferência de preenchimento de requisitos pela LGPD.

7.5. Direitos do Titular de Dados

Todo Titular de Dados cujos dados pessoais são processados pela ALZ Grãos tem os seguintes direitos:

- Acesso à informação: cada titular dos dados pode exigir informações sobre dados pessoais processados em relação a ele, sua origem e a finalidade. O titular dos dados também possui direito a informações sobre a identidade do controlador de dados e informações sobre o compartilhamento de dados pessoais;
- Confirmação: o titular de dados possui direito de confirmar a existência de tratamento dos seus dados;
- Informação sobre quais entidades o controlador realizou o uso compartilhado de dados;
- Correção: o titular de dados pessoais possui o direito de exigir a correção de seus dados caso estejam incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou em desconformidade com a LGPD;
- Eliminação de dados pessoais tratados com consentimento do titular: o titular de dados possui direito de solicitar a eliminação dos seus dados tratados com consentimento. Porém, a eliminação dos dados não cabe em caso de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; transferência a terceiro e respeitados os requisitos de tratamento de dados presentes na LGPD; uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro e desde que os dados sejam anonimizados;
- Portabilidade: o titular de dados possui direito a portabilidade de dados para outro fornecedor de serviço ou produto, por meio de requisição expressa, desde que observados os segredos comercial e industrial;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e quais as consequências dessa negativa;
- Revogação do consentimento: o titular de dados possui direito de revogar seu consentimento;



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

- Oposição: o titular de dados pode opor-se a tratamento irregular;
- Revisão de decisão automatizada: o titular de dados possui direito a solicitar informações claras e adequadas sobre os critérios utilizados em decisões automatizadas.

Toda a comunicação com o titular dos dados deve ser feita em uma linguagem clara e transparente. O atendimento às solicitações de direitos dos titulares deve seguir o “Procedimento de Gestão de Direitos dos Titulares de Dados Pessoais”.

8. Gerenciamento de Violações e Incidentes

Violações ou incidentes que ponham em risco a segurança e/ou confidencialidade dos dados pessoais, incluindo violações ou incidentes que possam resultar em destruição, perda acidental ou ilegal, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a dados pessoais transmitidos ou armazenados serão avaliados conforme “Plano de Resposta a Incidentes” da ALZ Grãos.

Todos os reportes à ANPD ou ao titular de dados sobre violações e incidentes devem ser feitos pelo Encarregado.

9. Treinamento

Devem ser realizados periodicamente treinamentos aos funcionários da ALZ Grãos com orientações sobre os princípios e diretrizes desta Política Corporativa de Privacidade, cujos materiais devem ser mantidos à disposição dos integrantes da Empresa para consulta e esclarecimento de dúvidas a qualquer tempo.

10. Papéis e Responsabilidades

10.1. Áreas de Negócio

As Áreas de Negócio são responsáveis por:

- Demandar atualizações, quando existirem, das atividades de tratamento ao Encarregado;
- Revisar os ROPAs periodicamente;
- Viabilizar que as suas respectivas equipes sejam treinadas;
- Executar as atividades necessárias para atendimento das solicitações dos titulares, quando necessário;
- Monitorar contratações e manutenção de terceiros que representem riscos de vazamento e tratamento irregular de dados pessoais. Exemplos de vazamento de dados: envio indevido de e-mails, pastas de rede sem controle de acesso.

	Política Corporativa de Privacidade	Elaborada por: ICTS Protiviti Aprovada por: ALZ Grãos Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021 Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021 Data da revisão: - Vigência: Tempo indeterminado Versão: 1.0
---	--	---

10.2. Usuários da Informação

Os Usuários da Informação são responsáveis por:

- Ler, compreender e cumprir integralmente os termos desta Política;
- Encaminhar quaisquer dúvidas e/ou pedidos de esclarecimento sobre esta Política, suas normas e procedimentos pelo tratamento de dados pessoais ou, quando pertinente, ao Encarregado, TI e Jurídico;
- Comunicar ao Encarregado qualquer evento ou incidente que viole esta Política ou coloque/possa vir a colocar em risco dados pessoais tratados pela Empresa;
- Participar das atividades de treinamento e conscientização em proteção de dados pessoais;
- Responsabilizar-se pelo uso adequado de dados pessoais em suas atividades.

10.3. Encarregado

O Encarregado é responsável por:

- Acompanhar os regulamentos e normativos publicados pela ANPD, e realizar as adequações necessárias;
- Difundir e coordenar o Programa de Privacidade na Empresa, esclarecendo regras, conceitos e obrigações;
- Realizar a gestão do processo de mapeamento das atividades, e realizar a interface com as diversas áreas da Empresa que realizam tratamento de dados pessoais para revisão e validação de ROPAs – *Record of Processing Activity* (novos e existentes);
- Garantir, juntamente com o time de RH, que os colaboradores recebam tempestivamente a Política Corporativa de Privacidade, bem como participem de treinamento sobre privacidade de dados;
- Desenvolver e atualizar periodicamente, com periodicidade no mínimo anual, normativos relativos à privacidade como Política de Privacidade e Política de Segurança da Informação;
- Gerenciar os processos e garantir o cumprimento dos procedimentos corporativos;
- Avaliar anualmente as atividades de tratamento quanto à necessidade de elaboração do RIPD – Relatório de Impacto de Proteção de Dados;
- Garantir o cumprimento dos princípios de *Privacy by Design* no desenvolvimento de projetos, produtos e serviços desenvolvidos em relação a proteção de dados pessoais;
- Definir e medir indicadores de monitoramento do Programa de Privacidade;
- Monitorar os riscos relacionados à privacidade de dados pessoais, com suporte das áreas de negócio, definindo o apetite de risco da empresa e a prioridade de tratamento dos riscos identificados;



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

- Identificar novos riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais e definir medidas a serem tomadas;
- Tratar prontamente incidentes de segurança da informação e privacidade para controle e redução dos possíveis impactos juntamente com TI, Jurídico e áreas de negócio (caso aplicável);
- Encaminhar para a Alta Administração, quando pertinente, incidentes de segurança da informação e de privacidade classificados como conduta inadequada;
- Propor ações de melhoria contínua dos controles de segurança da informação e de proteção de dados;
- Garantir ações adequadas para treinamento e conscientização sobre privacidade para funcionários (contratados ou terceiros), parceiros e prestadores de serviço.

10.4. Alta Administração

A Alta Administração é responsável por:

- Decidir sobre temas críticos, ou que necessitem de validação pela alta administração, como implementação de novas ferramentas e processos, incidentes/violação de dados, novas orientações, etc.;
- Disponibilizar os recursos necessários para uma efetiva Gestão da Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação;
- Patrocinar o Programa de Privacidade;
- Definir papéis e responsabilidades das áreas e funções;
- Propor, revisar e atualizar as diretrizes de privacidade e segurança da informação, a fim de garantir que as políticas, normas e procedimentos de privacidade e proteção de dados existentes estejam adequadas às necessidades de negócio;
- Acompanhar o monitoramento realizado pelo Encarregado em relação aos riscos críticos de tratamento de dados;
- Garantir que riscos relacionados à privacidade de dados inerentes ao negócio sejam preventivamente mapeados, identificados e tratados;
- Estabelecer e revisar as estratégias de segurança da informação para garantir o alinhamento das necessidades da organização.

10.5. Tecnologia da Informação (TI)

A Área de TI, responsável pela gestão da Segurança da Informação em apoio à atuação do Encarregado, é responsável por:

- Avaliar as práticas de coleta, retenção e eliminação de dados;



Política Corporativa de Privacidade

Elaborada por: ICTS Protiviti
Aprovada por: ALZ Grãos
Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021
Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021
Data da revisão: -
Vigência: Tempo indeterminado
Versão: 1.0

- Analisar violações e vazamentos de dados, bem como efetuar a coleta de evidências técnicas para demonstração de tratamento de incidentes;
- Monitorar contratações e manutenção de terceiros que representem riscos de vazamento e tratamento irregular de dados pessoais em sistemas;
- Planejar e efetuar novos projetos de acordo considerando a privacidade e proteção dos dados (*Privacy by Design*).

10.6. Jurídico

O Jurídico é responsável por:

- Gerenciar a atribuição de bases legais das atividades de tratamento e solicitar ajustes sempre que necessário;
- Garantir que os contratos da Empresa celebrados com colaboradores e terceiros estejam adequados à legislação e regulamentação aplicáveis quanto à Privacidade e proteção dos dados;
- Apoiar o Encarregado em caso de violação e vazamento de dados, avaliando possíveis consequências jurídicas e na comunicação com os titulares e ANPD;
- Monitorar legislações de privacidade aplicáveis aos negócios da Empresa.

10.7. Recursos Humanos (RH)

O Recursos Humanos é responsável por:

- Promover treinamento aos colaboradores com foco na Privacidade e Proteção de Dados

11. Sanções e Punições

As violações, mesmo que por mera omissão ou tentativa não consumada, desta Política, bem como demais normas e procedimentos de proteção de dados pessoais, serão passíveis de penalidades que incluem advertência verbal, advertência por escrito, suspensão não remunerada e a demissão por justa causa.

No caso de fornecedores de serviços contratados ou prestadores de serviço, o Encarregado, em conjunto com o Jurídico, TI e a área contratante devem analisar a ocorrência e deliberar sobre a efetivação das sanções e punições conforme termos previstos em contrato.

Para o caso de violações que impliquem em atividades ilegais, ou que possam incorrer em riscos aos titulares de dados pessoais, ou dano à ALZ Grãos, o infrator será responsabilizado pelos prejuízos, cabendo aplicação das medidas judiciais pertinentes, sem prejuízo a esta Política.

	Política Corporativa de Privacidade	Elaborada por: ICTS Protiviti Aprovada por: ALZ Grãos Data da 1ª aprovação: xx/xx/2021 Data da 1ª divulgação: xx/xx/2021 Data da revisão: - Vigência: Tempo indeterminado Versão: 1.0
---	--	---

12. Gestão da Política

A Política Corporativa de Privacidade é aprovada pelo Encarregado, com suporte do Jurídico e TI da ALZ Grãos.

13. Revisões

Esta Política é revisada sempre que necessário, em caso de mudanças relevantes no negócio da Empresa ou conforme o entendimento do Encarregado.

Data	Versão	Descrição	Autor	Aprovado por
[data]	1.0	Criação	ICTS Protiviti	